

## A AUTOCRACIA DO ESTADO NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

Mariana de Simone Kaadi\*  
ppfunari@uol.com.br

A questão da transição democrática brasileira tem sido objeto de vários estudos acadêmicos. Acalorados debates teórico-metodológicos têm-se travado, dentro e fora das universidades, entre as diversas correntes do pensamento político-econômico brasileiro.

A obra de David Maciel vem contribuir para o avanço desse debate acerca do processo de transição à Nova República. O referido trabalho é uma versão pouco modificada da dissertação de mestrado *Democratização e manutenção da ordem na transição da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*, defendida em abril de 1999 no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.

O objetivo central do livro é analisar, dentro do processo de transição à Nova República, a disputa política entre as classes e grupos sociais, dando grande destaque aos agentes políticos ligados às classes subalternas que tinham pequena inserção nos canais de disputa política admitidos pelo governo, mas grande importância na articulação dos novos movimentos sociais. Priorizam-se, na verdade, os limites de uma democratização feita nos marcos do momento burguês mais abertamente repressivo e que, portanto, recusa – como radical – qualquer tentativa de efetivar-se uma democracia real que contemple os interesses da maioria da sociedade. Nesse árduo trabalho, o autor é sustentado por fontes que abrangem desde depoimentos, memórias e biografias, até documentos de organização políticas e entidades civis e reportagens jornalísticas.

Partindo desse objetivo e amparado por um grande leque de fontes, o Prof. David Maciel procura compreender de que modo a mudança política operada nesse período possibilitou a manutenção da ordem social burguesa e do conteúdo autocrático do Estado. Como novidade, afirma que o processo

---

\* Mestranda em História na Universidade Federal de Goiás.

de transição preservou a institucionalidade autoritária reformada e o caráter autocrático-burguês do Estado na nova ordem democrática. Daí o título do livro, que considera esse caráter como a argamassa da ordem política no Brasil, durante e depois da ditadura militar. Textualmente Maciel afirma:

Hoje, a ascensão das forças democrático-polulares ao poder parece desmentir historicamente nossas desconfianças a respeito das potencialidades transformadoras da democracia brasileira, desautorizando qualquer visão que veja nela não só resquícios, mas mecanismos estruturais herdados da Ditadura Militar. De nossa parte, consideramos que a conjuntura atual não nos permite uma postura de tranqüilidade quanto ao pretense amadurecimento da democracia brasileira e sua capacidade de desatar os nós herdados do passado. (p. 13)

O referencial teórico utilizado ampara-se na compreensão de que a dinâmica da luta política articula-se no processo da luta de classes, em suas dimensões econômico-social e político-ideológica, sem, no entanto, perder sua relativa autonomia diante da totalidade social. Abordar a história da luta política no Brasil durante a transição, pelo prisma da totalidade, expressa a necessidade de revelar atores políticos e iniciativas, principalmente derivados das classes subalternas impedidas de se inserirem na arena política definida pela institucionalidade autoritária. Sem cair no economicismo, em que tudo deriva do imperativo econômico, nem no politicismo, que entende a política como expressão específica do jogo realizado pela disputa política, Maciel faz uma análise crítica compreendendo a realidade social a partir da perspectiva da totalidade.

O tempo, na obra analisada, é delimitado pelos governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), devido ao movimento de desativação do cesarismo militar e da pluralização do conflito político em suas diversas etapas. Aqui também é encontrada uma nova proposta de periodização para compreensão do processo de transição. Em lugar de uma exposição temática, optou-se por uma análise dinâmica do processo da luta política, baseado no método das situações e correlações de forças em que os acontecimentos realizaram-se dentro de um campo de possibilidades, apesar das determinantes estruturais.

Sendo assim, o livro inicia-se com uma exposição e análise sobre a implantação da institucionalidade política autoritária (1964 a 1974), dando destaque ao cesarismo militar e à vinculação orgânica da ação estatal aos interesses históricos do conjunto das frações burguesas da sociedade. Em

seu auge, a ditadura consolidou o capitalismo monopolista no país cujo expoente máximo foi o “milagre brasileiro”.

Com base nessa institucionalidade e com a consolidação do caráter autocrático-burguês do Estado brasileiro, desenvolve-se a primeira etapa do processo de transição. O autor delimita essa fase entre a posse de Geisel (1974) e o Pacote de Abril (1977), quando a democratização passa, basicamente, pela reativação da esfera de representação política. Um aumento dos canais de interlocução política entre as classes dominantes e o Estado convive com fortes resistências nos setores militares e com o crescente descontentamento das classes subalternas com a crise econômica e a situação político-social repressiva. Esse descontentamento é percebido pelo crescimento eleitoral do MDB nas eleições de 1974 e com a retomada visível dos movimentos sociais das classes subalternas. Destaca-se nessa etapa estabelecida por Maciel a mobilização dos setores de “linha-dura”, confrontando a autoridade presidencial e repreendendo os setores de oposição.

A segunda etapa transcorre da conjuntura pós-Pacote de Abril e se desdobra até as eleições diretas para governadores, em 1982. Com a ampliação da democratização, o Prof. David Maciel, baseando-se em uma extensa pesquisa documental, demonstra o aguçamento das contradições interburguesas, o protesto popular, que explode através da emergência de novos movimentos sociais (como o novo sindicalismo e o movimento popular) e das também inovadoras formas de luta e organização. A pluralização política nessa época é permitida principalmente pela substituição do AI-5 por mecanismos das reformas sindical e partidária, com a preservação do cesarismo militar e com a tentativa de domesticar o protesto popular. Nessa etapa, o avanço da oposição moderada (PMDB e PDT) nas eleições de 1982 e a própria autonomia conseguida pelo partido governista (PDS) indicam uma saída negociada do regime. Essas reformas e negociações são analisadas por Maciel não como a eliminação do consórcio buguês-militar, mas sim pelo seu reforço.

A última etapa (de 1982 a 1985) é marcada pela agravamento da crise conjuntural, impulsionada pela crise econômica e pela crise do pacto burguês-militar. Com o cesarismo militar em crise, o Prof. David Maciel desenha detalhadamente a composição política entre as classes dominantes, operada por dentro dos canais de interlocução política ativados pelas próprias reformas institucionais, que permitirão a superação da crise em 1985.

De uma forma polêmica, o autor repensa as categorias centrais na análise da vida política, como, por exemplo, o redimensionamento das relações entre Estado e sociedade civil. Percebe a ascensão da oposição

moderada, em aliança com os dissidentes do regime, ao executivo federal, preservando até hoje a institucionalidade autoritária reformada e o caráter autocrático-burguês do Estado brasileiro.

Durante seu caminhar árduo pelo processo de transição à Nova República, Maciel propõe um diálogo entre autores tão diferenciados como Gramsci, Poulantzas e Florestan Fernandes.

Suscitando polêmicas, o Prof. David Maciel, ao contrário da tese em voga de que a ditadura foi derrotada já na primeira etapa da transição, mostra que em seus aspectos essenciais ela se naturalizou na nova ordem democrática. E complementa:

As oscilações do atual governo na aplicação de seu programa histórico, as condições de sua vitória eleitoral, sua vulnerabilidade diante das forças estabelecidas e o relativo sucesso da estratégia transformista de atraí-lo para a defesa da ordem levam-nos a crer que os elementos autocráticos presentes no Estado brasileiro preservam sua força e vitalidade. (p. 13)

O que surpreende ainda hoje é a relação de continuidade presente no Estado brasileiro e nas suas ações. Sem dúvida, *A argamassa da ordem* abre alternativas para novas – e necessárias – revisões.